



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

16/04/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Salário mínimo: fim do aumento real em 2020

O governo do presidente Jair Bolsonaro propôs nesta segunda-feira (15) que o salário mínimo seja corrigido apenas pela inflação em 2020. Na prática, a medida, que depende de aval do Congresso, encerra a política que permitia ganhos reais aos trabalhadores, implementada nas gestões do PT e em vigor até este ano. A proposta que traça as diretrizes para o Orçamento do ano que vem, enviada nesta segunda ao Legislativo, prevê que o piso de salários no Brasil será de R\$ 1.040 a partir de janeiro de 2020, o que representa uma correção de 4,2% referente à estimativa para a variação da inflação. Hoje, o valor está em R\$ 998. No texto do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020, o governo ainda ampliou a previsão de rombo fiscal para o ano que vem, dos atuais R\$ 110 bilhões de déficit para um resultado negativo de R\$ 124,1 bilhões.

A política de valorização do salário mínimo foi implementada no governo Lula (PT) e transformada em lei por sua sucessora Dilma Rousseff (PT). A regra, entretanto, teve validade encerrada em janeiro deste ano. No cálculo vigente até o reajuste de 2019, o salário mínimo foi corrigido levando em conta a inflação no ano anterior somada ao PIB de dois anos antes, o que permitiu alta real em períodos de crescimento econômico.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/04/2019

Piso do INSS seria de R\$ 573 sem regra encerrada por Bolsonaro

A política de valorização do salário mínimo, interrompida pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL), é responsável por R\$ 425 dos R\$ 998 do salário mínimo pago a trabalhadores e aposentados que recebem o piso do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) neste ano.

A projeção é do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Sem essa regra, portanto, o piso nacional em 2019 seria de R\$ 573. Entre 2005 e 2019, o salário mínimo subiu 283,8%, enquanto a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), responsável pela correção dos benefícios previdenciários acima do piso, avançou 120,2%. Na prática, quem ganha um salário acumulou aumento real de 74,3% nos últimos 14 anos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/04/2019

Parlamentares dizem que interrupção de política do salário mínimo afeta Previdência

Parlamentares não receberam bem a notícia de que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) propôs nesta segunda-feira (15) que o salário mínimo seja corrigido apenas pela inflação em 2020. Para eles, a medida, que encerra a política que permitia ganhos reais aos trabalhadores, não deve ser aprovada pelo Congresso e piora o clima para a apreciação da reforma da Previdência.

Titular da CMO (Comissão Mista de Orçamento), o senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse acreditar ser “muito difícil” a aprovação desta matéria. “Tudo o que for contra o povo terá influência negativa [na reforma da Previdência. Essa indexação do salário mínimo prejudica diretamente o BPC [benefício de prestação continuada] e os integrantes da aposentadoria rural”, afirmou Coronel. “Se o mínimo reduz seu poder de compra, quem recebe BPC vai ter um menor poder de compra, os aposentados também terão menor poder de compra”, disse.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/04/2019

Governo perde na CCJ, e votação da Previdência deve ser após a Páscoa

No primeiro teste da reforma da Previdência, o governo foi derrotado e a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara do principal projeto do presidente Jair Bolsonaro deve ficar para a próxima semana. O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), admitiu que, nesta terça-feira (16) e quarta (17), a CCJ vai apenas debater o relatório do deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), que recomendou a aprovação integral da proposta.

— Vamos exaurir o máximo possível de debatedores para que a votação seja na semana que vem — disse Major.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/04/2019

Previdência: Maia é a favor de capitalização

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) fez um aceno nesta segunda-feira (15) ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que o regime de capitalização (de contas individuais de aposentadoria) deve ser regulamentado. “Capitalização vai ficar dentro, por que vai ficar fora? Mas o momento da regulamentação é a equipe econômica que vai dizer”, disse, ao ressaltar que o exemplo chileno não é bom. Segundo ele, “há espaço tranquilo para aprovar a capitalização dos moldes que o ministro já vem falando”. “O ministro Paulo Guedes já está falando do salário mínimo como referência. O PDT reclama da contribuição patronal. Se precisar, coloca como obrigatória”, afirmou.

Em evento organizado pela revista Exame, Maia chegou a dizer também que a admissibilidade da proposta de reforma da Previdência seria aprovada amanhã ou, no máximo, na quarta-feira na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), encerrando o trâmite na Câmara dos Deputados até o fim do primeiro semestre. Maia fez a afirmação algumas horas antes de o governo ser derrotado na CCJ. Sem acordo entre governo, centrão e oposição, a comissão votará a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Orçamento impositivo antes da reforma da Previdência. Com isso, fica mais difícil para o governo cumprir seu cronograma de concluir a análise da reforma antes do feriado da Páscoa. No geral, disse Maia, a proposta de reforma da Previdência tem espaço para ser aprovada com uma economia próxima de R\$ 1 trilhão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/04/2019

Bloqueio no orçamento de Doria atinge 18% dos investimentos em SP

Ao anunciar um déficit de R\$ 10,4 bilhões nas contas do estado de São Paulo, o governo João Doria (PSDB) decretou o bloqueio de quase R\$ 6 bilhões nos gastos previstos para este ano. Mais da metade desse valor (54%) representa despesas que seriam destinadas a investimentos.

Com isso, o estado perde 18% dos investimentos descritos no Orçamento para 2019, elaborado pela gestão anterior, de Márcio França (PSB), e aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo. De um Orçamento de R\$ 260,8 bilhões, foram congelados R\$ 2,8 bilhões em custeio e R\$ 3,2 bilhões em investimentos. Ainda assim, Doria, que é postulante à Presidência da República em 2022, terá R\$ 14,7 bilhões para gastar com obras, aquisição de equipamentos e outros investimentos. Em 2018, o estado empenhou R\$ 12,4 bilhões em despesas do tipo.

A liberação dessa verba até dezembro está condicionada à eventual venda da Sabesp, estatal de água e saneamento do estado, o que traria receitas novas e aliviaria o caixa do governo. Mas, se a privatização ou capitalização não for concretizada neste ano, diferentes áreas terão que reduzir quase metade do que teriam direito a gastar com novas obras e programas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/04/2019